

FAE

FAE

FAE

FAEFAE

FAEFAE

FAEFAE

FAEFAE



FAEFAE

FAE

Relatório Anual
FAE 1990

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Carlos Alberto Chiarelli

— Jose Goldemberg

SECRETÁRIO EXECUTIVO

~~José Luitigard de Moura Figueiredo~~

ANTONIO TEIXEIRA JÚNIOR

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE - FAE

PRESIDENTE

Adolpho Schüler Netto

Balduino

CHEFE DE GABINETE

~~Carlos Eurico Xavier de Castro~~

DR LSNNE

ASSESSOR TÉCNICO

~~Genuíno Bordignon~~

zimbeato Jose Travaglia

PROCURADOR

José Carlos Peixoto Guimarães

DIRETOR DE APOIO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

~~Ruben Noé Wilke~~

DR. veloso

DAAN

②

DIRETOR DE APOIO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Edison Wagner,

DADP

X DIRETOR DE APOIO COMPLEMENTAR - INTERINO -

~~José Luiz Vieira Paixão Côrtes~~

FORA

DIACOM ②

DIRETOR DE PLANEJAMENTO

Oswaldo Alves de Andrade,

DIPLAN

INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS JOÃO PINHEIRO - IRHJP

Ramón Villar Paisal

I - APRESENTAÇÃO

II - A FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

, A INSTITUIÇÃO	3
, DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	7
, REPRESENTAÇÃO DA FAE NOS ESTADOS	14
, INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS JOÃO PINHEIRO	15

III - OS PROGRAMAS

, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	17
, PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO	24
, PROGRAMA NACIONAL DO MATERIAL ESCOLAR	27
, PROGRAMA NACIONAL SALAS DE LEITURA	29
, PROGRAMA NACIONAL SAÚDE DO ESCOLAR	31

IV - ANEXOS33

I - APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A FAE ao término de suas atividades relativas ao ano de 1990, apresenta o resultado das ações desenvolvidas na área de assistência ao estudante.

O ano de 1990, teve como marco principal a reestruturação administrativa do governo federal que implementou uma reforma geral no serviço público, em consonância com a política econômica do governo "Brasil Novo", cujas metas fundamentais são a modernização administrativa e desenvolvimento econômico e social.

Neste contexto, as restrições orçamentárias para com a administração pública, resultaram numa racionalização de ações e programas sem, contudo, afetar o desempenho dos Programas de Assistência ao Estudante.

O Ministério da Educação ao elaborar suas "Diretrizes de Política para a Educação Nacional", compreende a educação na ótica da equidade e da eficiência, comprometendo-se, dessa forma a colaborar na redução das desigualdades sociais como "parceira no esforço de redistribuição dos benefícios econômicos e sociais". Coube a FAE assegurar, no Ensino Fundamental, as condições necessárias à permanência do aluno carente na escola, durante todo o período letivo. Dessa forma, esta Instituição deu prosseguimento às ações previstas na programação de 1990, objetivando a continuidade de sua atuação que é de assegurar o atendimento ao educando, através do fornecimento de alimentação escolar, material didático escolar e para-didático e, assistência à saúde do escolar.

Adolpho Schüller Netto

II - A FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

A INSTITUIÇÃO

A Fundação de Assistência ao Estudante, órgão da Administração Indireta, com personalidade jurídica própria, com prazo de duração indeterminado, vinculada ao Ministério da Educação, foi criada em 18 de abril de 1983, através da Lei Nº 7.091, que alterou a denominação da antiga Fundação Nacional de Material Escolar FENAME, que por sua vez, englobou também as atividades desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Assistência ao Estudante - INAE (ex-Campanha Nacional de Alimentação Escolar - CNAE e Departamento de Assistência ao Estudante-DAE).

Coube à FAE, a partir da referida fusão, a responsabilidade de "assegurar os instrumentos e condições de assistência educacional nos níveis de formação pré-escolar e de 1º e 2º graus".

Para atender as determinações da Secretaria de Administração Federal da Presidência da República, objetivando a reforma administrativa da FAE foi constituído, em abril, Grupo de Trabalho, com a finalidade de apresentar subsídios para a Presidência da FAE, visando a reorganização e o funcionamento de sua estrutura. O Grupo desenvolveu os trabalhos junto à Secretaria de Administração Geral do MEC com a participação permanente e efetiva da Associação dos Servidores, consultas à Procuradoria Jurídica, Departamento de Pessoal e Diretores da FAE.

Como consequência prática deste trabalho, resultaram as seguintes medidas:

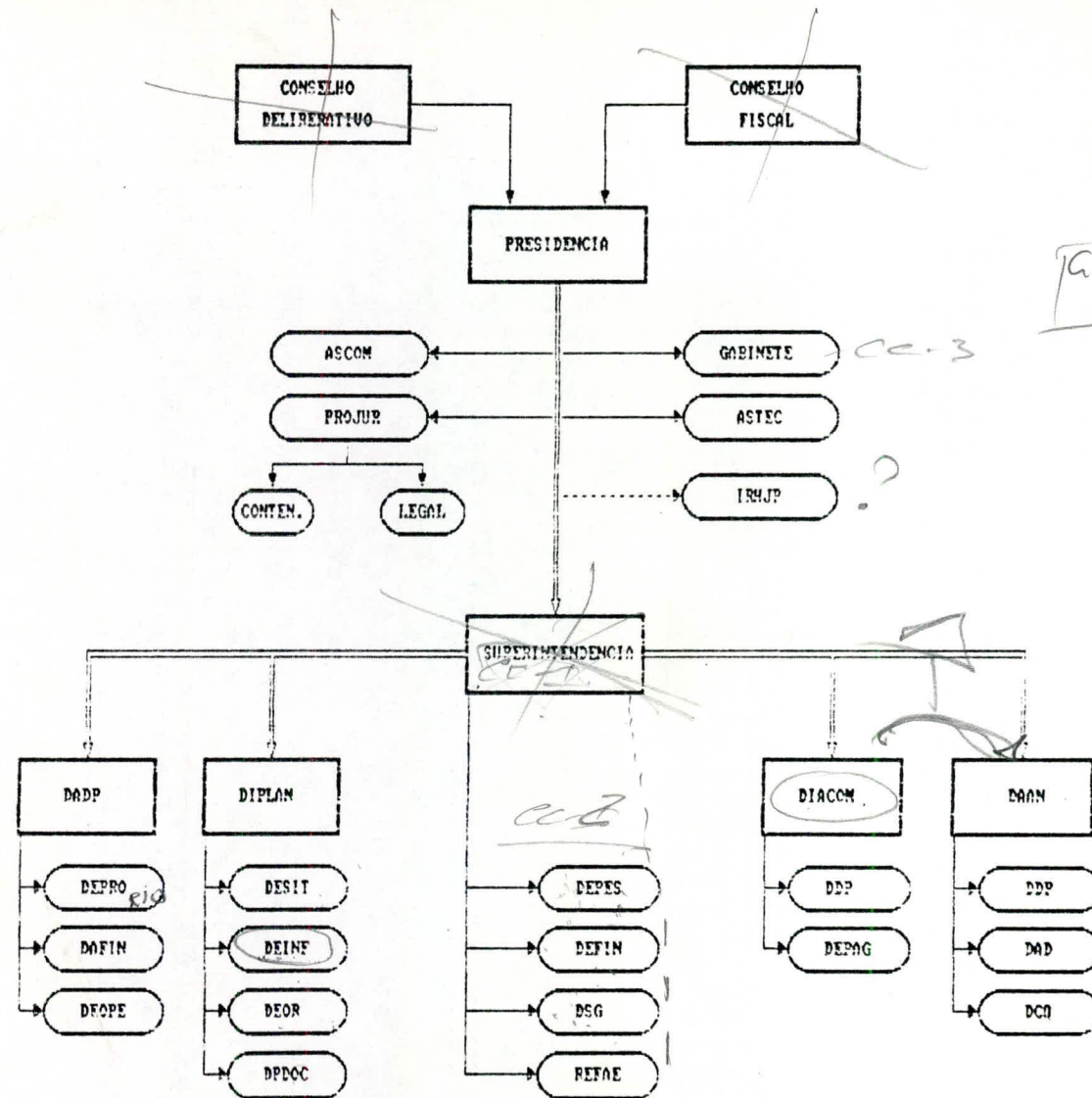
- simplificação da estrutura de um total de 173 cargos para 74, representando diminuição física de 57% e financeiro de 47%, que correspondem a Cr\$ 3,3 milhões de gastos mensais com cargos em comissão e funções gratificadas;
- redução dos dispêndios com pessoal, Da ordem de Cr\$ 5,5 milhões mensais pelo retorno aos órgãos de origem de 157 servidores requisitados, correspondendo a uma diminuição de 14,5% da força de trabalho;
- proposta de desvinculação do Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro - MG da estrutura da FAE, com a redução de 101 servidores, representando uma diminuição de 11,4% da força de trabalho disponível, sendo 90 servidores do quadro e 11 extra-quadro;

- redução de 119 servidores das demais unidades da FAE e mais quatro vagas decorrentes de morte e demissão, representando uma diminuição de 13,85% da força de trabalho disponível;
- foram colocados em disponibilidade os servidores na situação de: extra-quadro, conforme Instrução Normativa Nº 09 de 01 de junho de 1990, item 08 e aposentados com novo contrato com a FAE.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo alcançaram os percentuais de redução de despesas definidos pela SAF, sendo encaminhadas à Secretaria de Administração proposta do novo Estatuto e Regimento Interno da FAE.

Com o encaminhamento e a posterior apuração desta proposta e com o que preceitua o Artigo 208, Inciso VII da Constituição Federal, a FAE passa a ter como prioridade "Assegurar o atendimento ao educando, na educação pré-escolar e ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, alimentação e assistência à saúde".

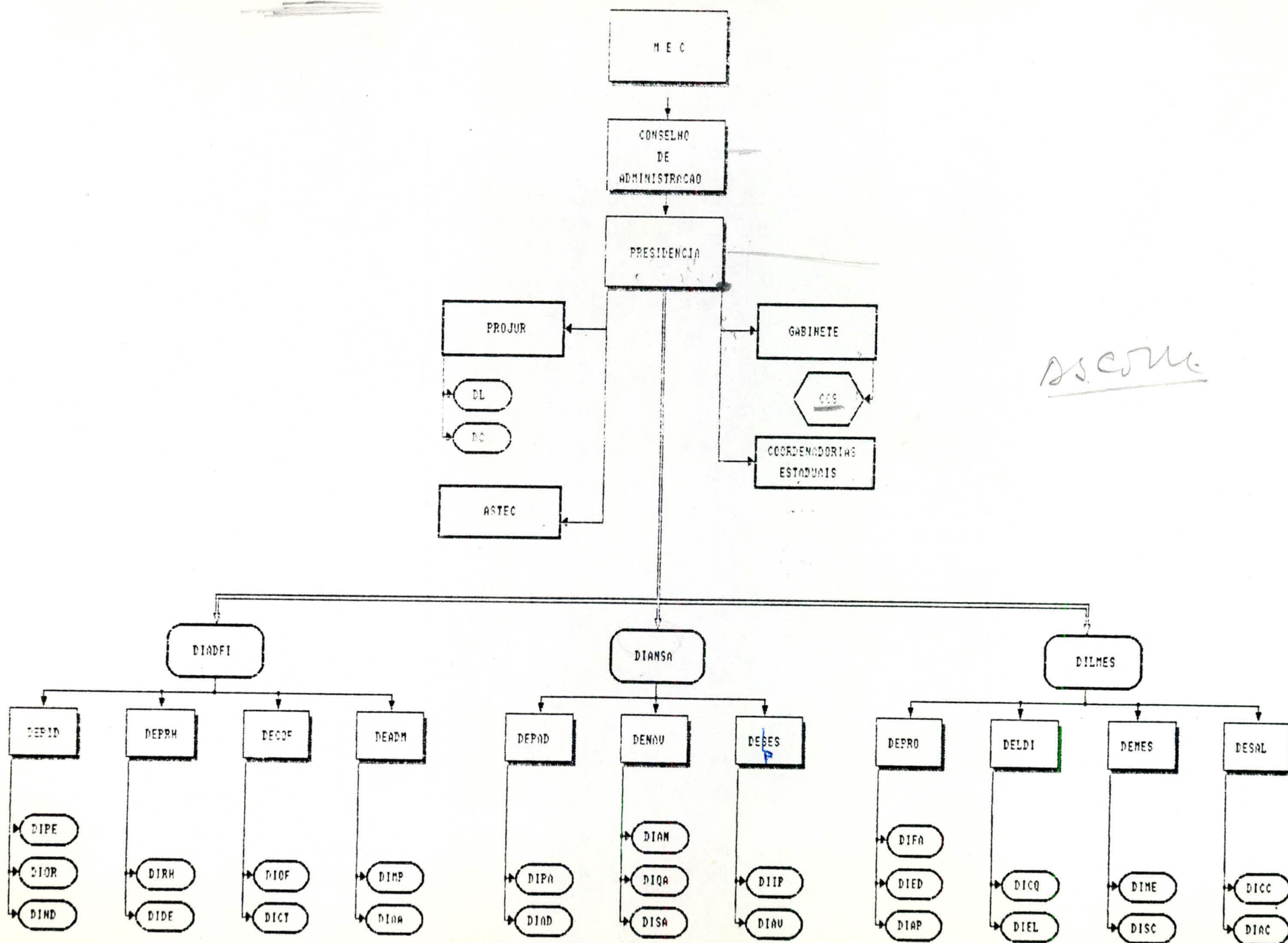
ORGANOGRAMA DA FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA AO ESTUDANTE - FAE (ATUAL)



* ESTRUTURA ATÉ DEPARTAMENTO *

ORGANOGRAMA DA FUNDAÇÃO DE ASSISTENCIA AO ESTUDANTE - FAE

PROPOSTO



AS COM

DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

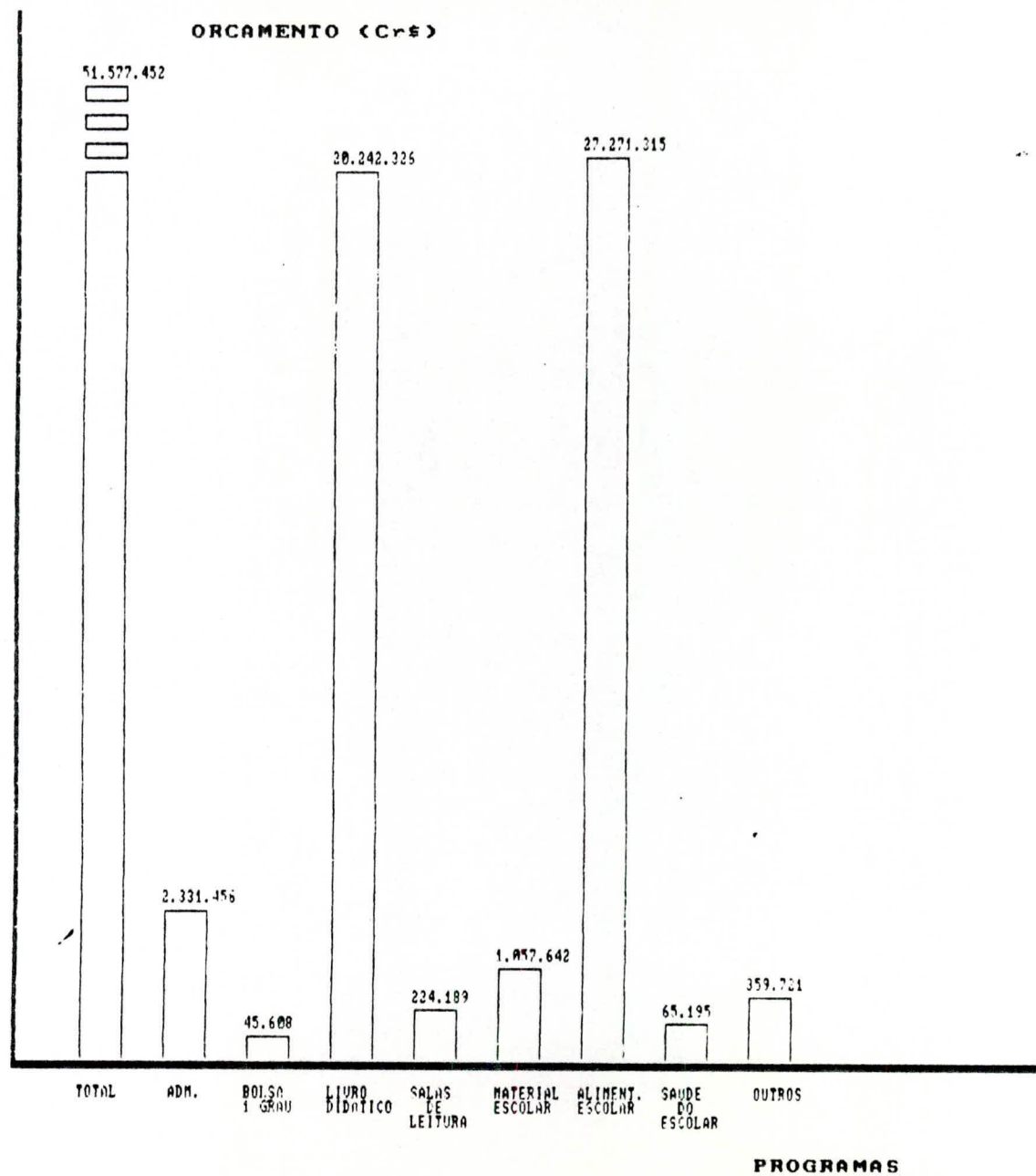
O orçamento da FAE em 1990, iniciou com recursos da ordem de Cr\$ 7,9 bilhões, atingindo ao final do exercício Cr\$ 51,5 bilhões, onde no mesmo período a inflação registrada por órgão oficial do governo, atingiu a casa dos 1.791%. A evolução do orçamento da FAE para o período, alcançou 550%, colocando-a, desta forma, em uma condição extremamente delicada, muito aquém das necessidades programadas.

A consolidação do orçamento total da FAE para 1990, teve a participação das seguintes fontes de financiamento: 35% de recursos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino, 33% da contribuição para o Fundo de Investimento Social, 20% da contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e 12% outras fontes (Quadro II).

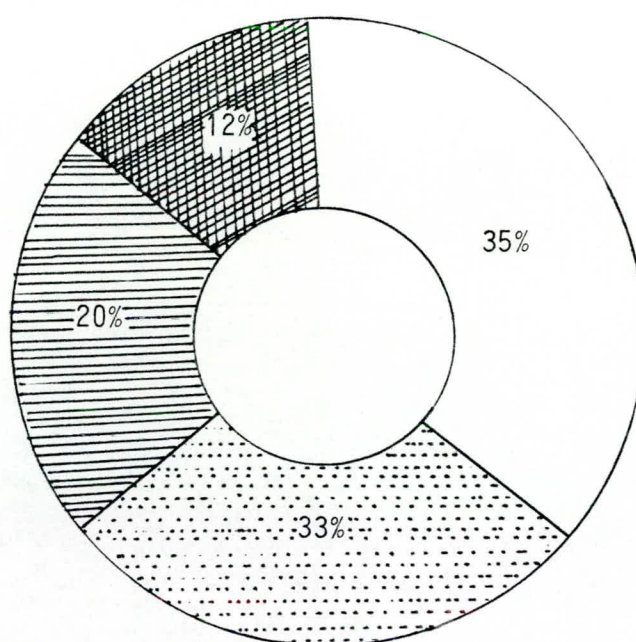
Os Programas que detiveram a maior quantia de recursos no orçamento próprio foram: o Programa Nacional de Alimentação Escolar com 52,9% e o Programa Nacional do Livro Didático com 39,3%.

EXECUCAO ORCAMENTARIA POR PROJETO/ATIVIDADE - 1990

ORCAMENTO (Cr\$)



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSOS - 1990



FONTES DE RECURSOS

□ 112

▤ 153

▨ 151

▩ OUTRAS

DENOMINAÇÃO DAS FONTES

112 - Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino

153 - Contribuição para o Fundo de Investimento Social

151 - Contribuição Social sobre o lucro das pessoas jurídicas

PROTOCOLO

Efetivou-se a autuação de 3.628 (três mil, seiscentos e vinte e oito) processos pelo protocolo da FAE, até o mês de novembro, assim como o acompanhamento, em conjunto com o DEINF/DIPLAN, do sistema de processamento eletrônico de dados no IRHJP/MG e na DADP/RJ, para controle de tramitação de processos.

TELECOMUNICAÇÕES E REPROGRAFIA

Aprimorou-se os sistemas de controle de utilização dos serviços, através de quadros comparativos de gastos mês a mês, em todas as unidades da Fundação.

TRANSPORTES

Realizações de transferências e alienações de veículos, visando adequar a frota às necessidades de transporte da FAE.

OBRAS DE ENGENHARIA

Obras e serviços concluídos nos Estados do Piauí, Paraíba, Pernambuco, Maranhão, Espírito Santo, São Paulo e Amazonas.

Obras e serviços em andamento nos Estados do Amapá, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Acre, Bahia e Paraná.

TREINAMENTO DE SERVIDORES

No ano de 1990, o Departamento de Pessoal da FAE, promoveu 17 (dezessete) cursos em diversas áreas, possibilitando o treinamento de 93 (noventa e três) servidores, (Quadro III).

PLANO DE BENEFÍCIOS

A FAE, neste exercício, manteve os benefícios já concedidos aos servidores (alimentação, assistência médica, assistência odontológica, transporte, creche, bolsa de estudo 1º e 2º graus, bolsa de estudo 3º grau e seguro de vida em grupo).

CADASTRO

Implantação de dados cadastrais essenciais para a confecção das folhas de pagamento, relatórios do CPD/FAE, implantação das folhas de frequência e cartões de ponto no CPD/FAE.

PAGAMENTO

Ao longo do exercício esta área desenvolveu atividades buscando o aprimoramento das rotinas de folha de pagamento, ADMP, Projeto, consignações, Declaração de Rendimentos, RAIS e Diárias (Quadro IV).

COMPRAS

Ao longo do exercício foram realizados 163 (cento e sessenta e três) processos de aquisições assim distribuídos: 07 (sete) Tomadas de Preços, 69 (sessenta e nove) convites e 87 (oitenta e sete) aquisições diretas.

ALMOXARIFADO

Promoveu-se a instalação de terminal de vídeo e impressora para utilização de aplicativos que serão desenvolvidos no exercício de 1991, informatizando, desta forma, as atividades do almoxarifado.

PATRIMÔNIO

Em 1990, foram incorporados ao patrimônio da FAE 259 (duzentos e cinquenta e nove) bens até o mês de novembro, bem como foram realizados contatos com as Delegacias do Serviço de Patrimônio da União (DSPU), objetivando atender a regulamentação da titularidade dos imóveis ainda pendentes, localizados nos diversos estados da federação.

INFORMÁTICA

Teve início neste ano, a recuperação da área de informática da FAE. O começo deste trabalho foi marcado pelo funcionamento dos novos equipamentos. Este novo parque instala-

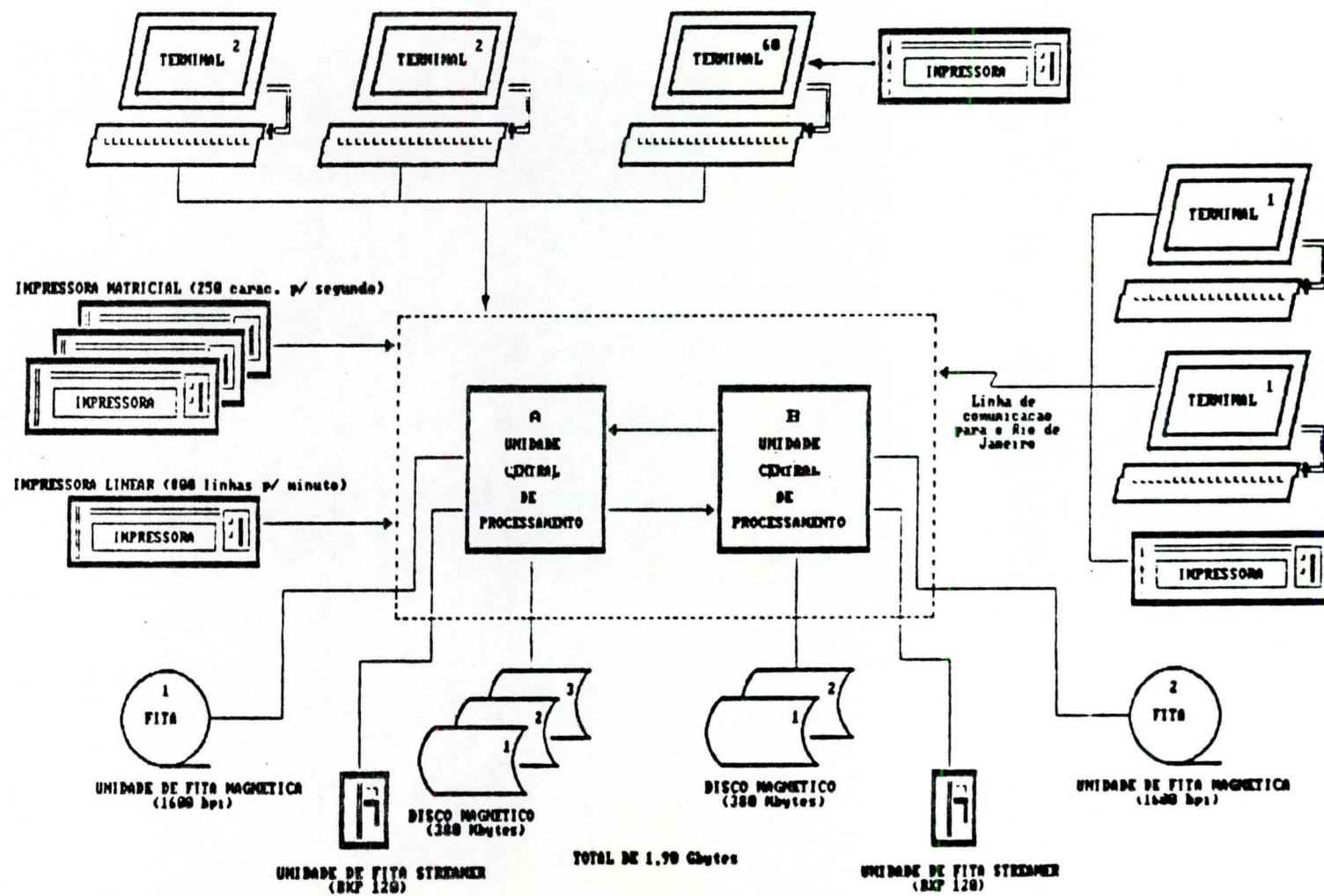
do não só permitirá melhor desempenho aos aplicativos existentes, como possibilitará a implantação de novos sistemas, que tornarão o controle gerencial dos diversos programas da FAE mais eficazes e eficientes.

Neste contexto, foram convertidos todos os sistemas aplicativos para a linguagem utilizada pelo novo equipamento. Esta conversão objetivou adaptar os sistemas desenvolvidos em MUMPS-BIODATA para MUMPS-IPSUM.

Este processo de conversão, juntamente com os novos equipamentos, conservam a cultura obtida em termos de HARDWARE e SOFTWARE básico, buscando-se desta forma dar uma maior confiabilidade aos sistemas automatizados.

Outro passo também importante foi o convênio de cooperação técnica e transferência de tecnologia na área de informática, firmado com o MEC. Este convênio permitirá a implantação, nos equipamentos daquele Ministério, dos sistemas considerados de grande porte. O projeto piloto deste convênio, é o sistema de distribuição e acompanhamento do Programa Nacional do Livro Didático, cuja implantação está prevista para abril de 1991.

CONFIGURACAO DOS EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA FAE.



REPRESENTAÇÕES DA FAE NOS ESTADOS

No período de 27 a 30 de novembro de 1990 a Presidência da FAE promoveu uma reunião de trabalho com o objetivo de orientar as REFAE sobre suas novas funções e papéis, especialmente no que se refere às ações de acompanhamento e avaliação. Objetivou, também, promover uma maior participação das mesmas nas ações de responsabilidade das diferentes diretorias, dando ênfase à necessidade de se assegurar a efetiva integração institucional para o desenvolvimento dos Programas da FAE, ao nível central e estadual.

O referido evento contou com a participação de representantes e técnicos das REFAE, Diretores, Chefes de Departamentos, técnicos da FAE e com a participação, ao final do evento, do Sr. Ministro de Estado da Educação.

Nos três dias de trabalho conjunto, os participantes empenharam-se em discutir questões relativas às diretrizes e estratégias de execução de cada Programa, avaliação e as atividades administrativas e financeiras necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Durante os trabalhos, a metodologia utilizada assegurou a efetiva participação de todos, seja nas discussões em plenário, seja em trabalhos em pequenos grupos. Coube às Diretorias definir e coordenar sua forma de participação. Foi destacado um painel de Representantes, precedido de trabalhos por Região, onde os mesmos apresentaram propostas sobre os novos papéis e atividades das REFAE.

INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS JOÃO PINHEIRO - IRHJP

O Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro foi criado em 1955, a partir do Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro, e vinculado ao INEP/MEC. Em 1973 foi transferido para o Departamento de Ensino Fundamental do MEC e, em 1982, para o Instituto Nacional de Assistência ao Educando - INAE, posteriormente absorvido pela Fundação de Assistência ao Estudante - FAE.

Integrado à estrutura da FAE, tem por finalidade "capacitar profissionais do sistema público de educação, objetivando a formação de técnicos e de dirigentes educacionais, capazes de formular e de implementar políticas nas áreas de ensino e assistência ao estudante".

No contexto da reforma administrativa, a FAE entendeu que não era adequada aos seus objetivos a manutenção do IRHJP, onde o mesmo deveria ter ampliada suas ações ao todo da administração pública federal. Com isto, a FAE colocou o Instituto à disposição do MEC e, seus servidores, pertencentes ao quadro de pessoal da FAE, em disponibilidade.

III - OS PROGRAMAS

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar encontra-se implementado em todo o território nacional, atendendo aproximadamente 29,6 milhões de crianças em cerca de 200.000 escolas, envolvendo em 1990 um volume de alimentos da ordem de 138.000 toneladas.

Segundo a metodologia do Programa, as escolas, através dos Setores de Educação Municipais, elaboram as Programações Alimentares, definindo os alimentos que comporão os cardápios, de acordo com as preferências alimentares dos alunos e de suas condições de preparo. Tais programações são consolidadas a nível estadual, onde são feitos os ajustes necessários à realidade local, sob a ótica de maior utilização da produção regional, com incentivo à agroindústria, às cooperativas e aos pequenos e médios produtores locais, como também sob os aspectos logístico e tributário, estimulando a arrecadação estadual através do ICMS.

A FAE recebe tais programações das Unidades Federadas e as adequa aos critérios estabelecidos para o Programa, tais como cobertura nutricional e calendário escolar, definindo, assim, os cardápios selecionados pelos estados, os mais representativos quanto aos hábitos alimentares das diferentes regiões, um valor "Per Capita" que servirá de base para a proposta orçamentária anual, bem como para as aquisições de alimentos durante o ano (Quadro V).

Tem sido adotada a estratégia de compras centralizadas e descentralizadas; as primeiras, realizadas em Brasília-DF, são executadas diretamente pela FAE ou através de agentes de compras: COBAL e SAB; as segundas, realizadas descentralizadamente nas capitais dos estados, através de Comissões Mistas formadas por representantes da FAE, do Estado e do Agente de Compras.

As compras centralizadas visam adquirir produtos de grande demanda nacional, cujo parque industrial concentra-se na região centro-sul do País. Fazem parte desse conjunto os produtos denominados nutricionais (formulados) e os protéicos (leite, carnes, sardinha).

As aquisições descentralizadas propiciam adquirir os produtos de demanda regional, típicos aos hábitos locais, geralmente de maior perecibilidade, chamados de básicos: grãos, farináceos, etc. (Quadros VI e VII).

Dentre as dificuldades mais cruciais para o sucesso da boa compra e mesmo para o bom atendimento do PNAE, destaca-se a forma de liberação de recursos financeiros pela União, que não obedecendo ao cronograma de desembolso previamente elaborado, não oportuniza a obtenção dos produtos nas épocas de safras, submetendo-se a Fundação aos preços elevados no mercado nos períodos de entressafra.

Do recurso recebido é feito um rateio, considerando o número de alunos matriculados em cada Unidade Federada, segundo fontes estatísticas do Ministério da Educação.

Em 1990 as aquisições para o Programa atingiram o volume de 138 mil toneladas de alimentos, num montante de Cr\$ 26,6 bilhões de cruzeiros (Quadro VIII).

O custo da refeição/dia do PNAE é obtido a partir da análise dos cardápios programados pelos estados, tomando-se por base os mais representativos e considerando as variações dos preços dos alimentos em cada região do País.

Em relação ao Programa de Atendimento aos Irmãos dos Escolares - PAIE cabe ressaltar que a partir do 2º semestre a Diretoria iniciou a desativação do Programa em todas as Unidades Federadas.

Apoiada na limitação de recursos com que o PNAE trabalhou durante todo o ano de 1990, na fragilidade das bases em que o PAIE vinha sendo executado e na dificuldade de se estabelecer um sistema de acompanhamento específico, a DAAN encaminhou ao Presidente da FAE e posteriormente ao Ministro da Educação proposta de desativação de tal Programa com a conseqüente transferência de recursos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Quadro IX).

Com isto, já na última aquisição realizada pela FAE/DAAN, os recursos financeiros foram destinados tão somente ao atendimento dos pré-escolares e escolares da rede pública e filantrópica de ensino.

De março a novembro deste ano, a variação do custo per capita/dia do PNAE, chegou a 340% como está demonstrado na tabela abaixo.

TABELA I
CUSTO REFEIÇÃO/DIA DO PNAE
MESES DE MARÇO A DEZEMBRO DE 1990

MESES	CUSTO PER CAPITA (Cr\$)
Março	10,15
Abril	14,70
Maio	15,86
Junho	17,72
Julho	19,72
Agosto	22,05
Setembro	24,95
Outubro	28,90
Novembro	34,26
Dezembro	40,42

OBS: Sobre o custo base referente ao mês de março foram aplicados os índices inflacionários oficiais.

As precárias condições dos armazéns, tanto do ponto de vista físico, como higiênico-sanitário e condições de igual precariedade oferecidas pelo sistema de transporte representam pontos críticos na operacionalização do Programa.

As escolas, supridas com os alimentos armazenados, retiram os produtos nas quantidades necessárias a atender o cardápio, de forma que cada aluno receba os quantitativos de nutrientes inicialmente previstos. No entanto, os recursos necessários ao preparo da merenda, como merendeira, material de cantina, combustível e disponibilidade de água, representam por sua vez, também importantes pontos críticos para o preparo da alimentação e seu conseqüente consumo pelo aluno.

O primeiro semestre de 1990 foi marcado pela implantação do Plano de Estabilização Econômico do Governo, que revestiu o processo de aquisição de alimentos de características especiais, na medida em que foi mudada a estratégia de pesquisa de preços até então adotada, que era feita pela COBAL, optando-se pela cotação dos preços em estados de maior influência econômica, representativo de cada região, para servir de parâmetro. Com o tabelamento da maioria dos alimentos e congelamento de preços, as variações máxima e mínima obtidas, serviram de base para os demais estados.

Verificou-se também uma retração do mercado de alimento para ofertas com base nos preços estimados, levando a alterações de pautas algumas vezes com prejuízo dos cardápios planejados.

Diante das dificuldades mercadológicas experimentadas no primeiro semestre, a FAE decidiu alterar a sistemática de compras a partir da segunda metade do ano, introduzindo critérios que pudessem dinamizar o processo de negociação com os fornecedores, através dos seguintes fatores:

a) - PAGAMENTO ANTECIPADO

Processo alternativo à modalidade anterior de pagamento após a entrega do produto.

Esse novo critério abriu a possibilidade do fornecedor receber o pagamento antes da entrega da mercadoria, mediante a apresentação de carta de fiança bancária no montante de 150% do valor da operação, concedendo um desconto superior à taxa de juros oficial.

b) - AMPLIAÇÃO DO PERÍODO DE NEGOCIAÇÃO

Anteriormente, as comissões estaduais de compra dispunham entre 2 a 3 dias para recebimento, abertura, discussão das propostas e fechamento do processo de compras. Esse prazo foi dilatado para 5 dias, abrindo valioso espaço para discussão das propostas apresentadas pelos fornecedores, permitindo ajustar melhores condições de negociação.

c) - ELIMINAÇÃO DAS COMPRAS COMPLEMENTARES

Reduzindo espaço de tempo para discussão das propostas adotadas pelo método anterior, que impedia o fechamento de vários negócios, exigindo a abertura de novo processo complementar de compras, o que refletia em aquisição a preços mais elevados e demora do processo como um todo, prejudicando enormemente os cardápios planejados.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

RECURSOS APLICADOS - 1990

NATUREZA DA DESPESA	RECURSOS APLICADOS (Cr\$ 1,00)	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO
Gêneros Alimentícios (PEAE, PAIE e Programas especiais)	26.439.267.803	99,02
Controle de Qualidade	104.000.000	0,39
Armazenagem	84.736.609	0,32
Transporte	70.045.900	0,27
TOTAL	26.698.059.312*	100%

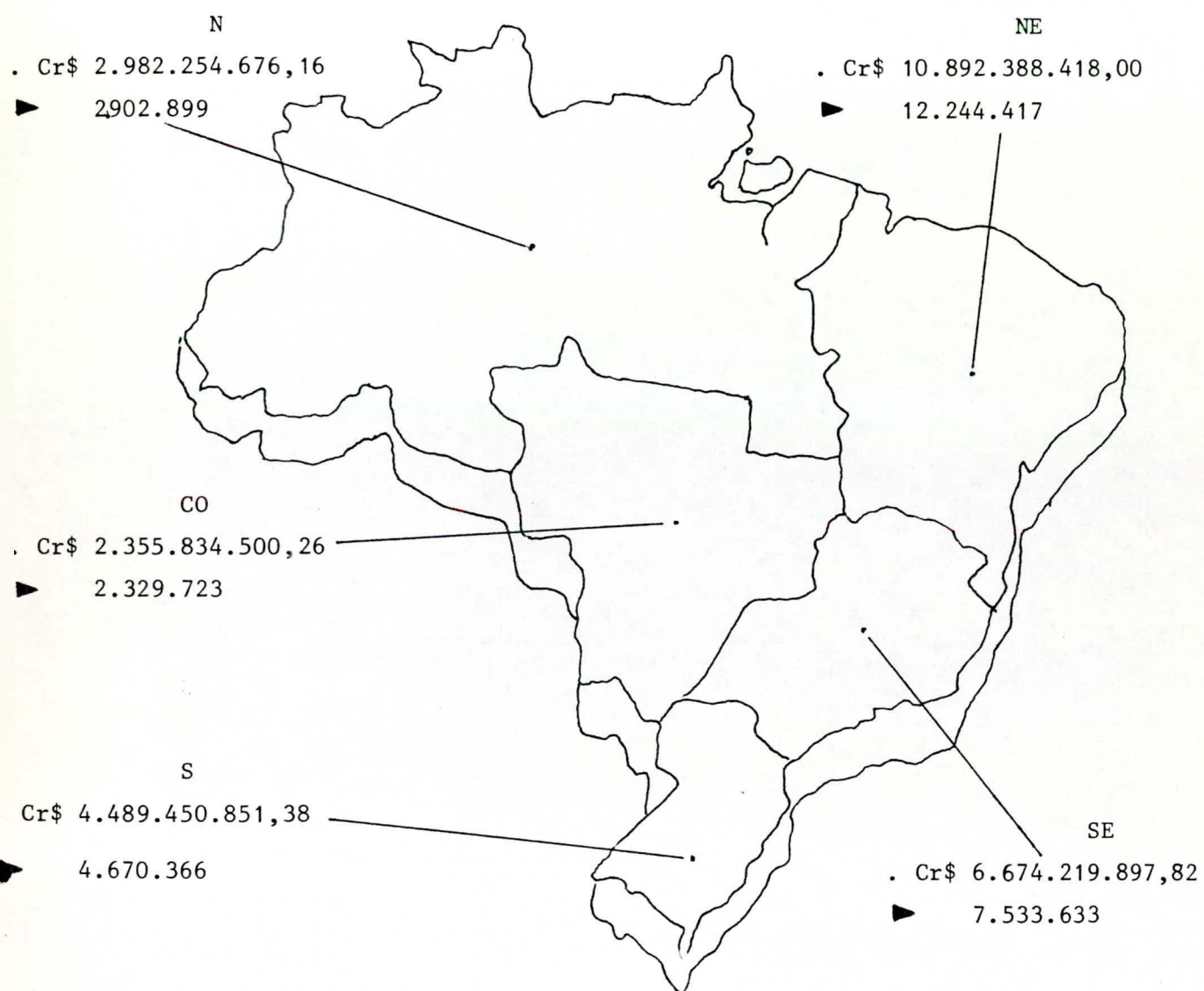
* Excluída a bonificação.

O custo da refeição/dia do PNAE é obtido a partir da análise dos cardápios programados pelos estados, tomando-se por base os mais representativos e considerando-se as variações dos preços dos alimentos em cada região do País.

Aplica-se ainda, dentre 10 cardápios propostos para cada estado, dos quais 07 são compostos de alimentos básicos e 03 de produtos formulados, a média ponderada sobre os cardápios.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS



. RECURSOS APLICADOS

▶ ALUNOS BENEFICIADOS

CONTROLE DE QUALIDADE

Em 1990 o volume de alimentos inspecionado e analisado pelo controle de qualidade foi de 138 mil toneladas, sendo que destas 2,4 mil toneladas foram recusadas, correspondendo a aproximadamente 2% deste total.

Para a avaliação da qualidade dos alimentos foram emitidos em torno de 4.000 laudos analíticos, correspondendo a 400 mil determinações físico-químicas, microbiológicas e microscópicas, envolvendo para tanto, recursos na ordem de Cr\$ 104.000.000,00 (cento e quatro milhões de cruzeiros). Neste trabalho foram envolvidas as várias instituições, (Quadro X), responsáveis pela execução, em sua grande maioria composta de universidades, contribuindo para o desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem na área de controle de qualidade de alimentos.

Ressalta-se, entretanto, que os recursos disponíveis em 1990, não permitiram um programa de adequação de laboratórios, de forma que os mesmos pudessem realizar todas as determinações necessárias, permitindo uma maior segurança na análise dos resultados.

DOAÇÕES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Trata-se de acordo celebrado em 1984 com o Programa Mundial de Alimentos - PMA/FAO, e que tem por objetivo o recebimento de diversos produtos que auxiliam a complementação da merenda escolar nos Estados de abrangência do Convênio, (Quadro XI).

O Projeto foi prorrogado para até o final de 1990 e compete basicamente a FAE o desembarço alfandegário, a armazenagem, controle de qualidade, transporte e distribuição à clientela beneficiada. Nessas etapas, destaca-se o recebimento dos produtos oriundos de diversas nacionalidades, que deve ocorrer harmonicamente entre várias entidades, envolvendo a administração dos portos, COBAL e a FAE, numa operação dinâmica para liberação dos documentos, descarregamento dos containers, dentro dos prazos previstos, evitando pagamento de multas aos fretadores internacionais.

A convite do Programa Mundial de Alimentos - PMA/ONU e credenciado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Diretor da DAAN participou, no período de 10 a 13 de dezembro de 1990, da Reunião Anual do Sub-Comitê de Projetos do PMA, realizada em Roma.

Levando-se em consideração que o Projeto BRA-2732 está em fase de encerramento, sua participação foi no sentido de defender o Projeto Expansão I - BRA- 2732 "Alimentação de Escolares e Pré-Escolares em áreas carentes da região Nordeste", perante aquele Sub-Comitê.

As atividades relativas à expansão do Projeto, já aprovado, com início previsto para o 2º semestre de 1991, serão concentradas em três Estados do Nordeste: Ceará, Paraíba e Piauí. Estados, estes, selecionados por aquele organismo internacional, por apresentarem indicadores mais baixos de nutrição, saúde, níveis de ingresso da população e produtividade.

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD

Tendo em vista a falta de recursos financeiros, não foi possível a execução do Programa Nacional do Livro Didático em 1990, cuja aquisição de livros deveria ter ocorrido em 1989.

Para minimizar as necessidades das escolas, no que se refere à falta de livros didáticos para utilização por alunos e professores, a FAE, após consulta às Secretarias de Educação e face aos recursos disponíveis, concluiu pela remessa dos 4,4 milhões de exemplares adquiridos para o PNLD 89 - Fase II e não distribuídos em tempo hábil.

Tratava-se de livros de Português e Matemática, adquiridos em 1989, destinados a professores e alunos de 2ª a 4ª série do 1º grau, cuja distribuição deveria ter ocorrido naquele exercício.

As quantidades remetidas a cada Unidade Federada foram estabelecidas pela FAE, em função do número de alunos de cada Unidade Federada.

Tais livros foram encaminhados às capitais dos Estados, e entregues em endereços indicados pelas Secretarias de Educação, sendo a distribuição às escolas efetuadas segundo plano elaborado pelas próprias Secretarias, objetivando o atendimento às unidades escolares com maior índice de carência.

O material seguiu por via rodoviária, tendo sido utilizadas as mesmas transportadoras que atendem ao Programa de Postos de Distribuição da FAE.

A Tabela II, a seguir, traduz o atendimento por Unidade Federada, bem como os recursos aplicados na aquisição dos livros, o que ocorreu no exercício de 1989, e aplicados com a distribuição realizada em 1990.

PNLD 1991

A execução do PNLD demanda cerca de 12 meses, desde o início de suas atividades até a distribuição dos livros às escolas, tendo em vista as diversas etapas que envolvem o Programa, tais como: definição da meta a ser atingida; licitação/(contratação de serviços gráficos para impressão dos instrumentais (Manual e do Formulário para Indicação do Livro); contratação de serviços de informática; distribuição dos instrumentais às escolas; período destinado à indicação dos livros; período destinado à digitação/processamento dos dados; negociação com as editoras; período de impressão dos livros, diretamente proporcional ao número de exemplares; licitação/contratação de transporte, recebimento, mixagem e distribuição dos livros às escolas.

Tendo em vista a mudança do Governo, ações que deveriam ser executadas a partir de janeiro, somente o foram em abril/90.

Feita a devida adaptação do cronograma de execução, a FAE conseguiu, com a colaboração dos demais setores envolvidos, atingir seu objetivo até a digitação/processamento dos pedidos formulados pelas escolas, o que viabilizou a distribuição dos livros no início do ano letivo.

Considerando o número de exemplares a ser distribuído - 66,5 milhões - o período destinado à impressão não poderá ser inferior a 120 dias, dada a disponibilidade do parque gráfico nacional.

Assim é que, de acordo com o citado cronograma, já adaptado, previu-se a aquisição com as Editoras durante o mês de setembro, para que os livros pudessem estar nos pontos de entrega das UFs em março do ano vindouro.

Entretanto, por falta de liberação dos recursos necessários, o que ocorreu somente ao final do mês de dezembro com a liberação de Cr\$ 19.326.273.000,00, tal etapa não se concretizou. Esse fato impossibilitou o preenchimento de quadros estatísticos contendo o atendimento por UF e respectivos recursos aplicados com a aquisição e distribuição dos livros.

TABELA II

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD

EXERCÍCIO DE 1990

UF	Nº LIVROS DISTRIBUÍDOS	RECURSOS APLICADOS NA AQUISIÇÃO Cr\$	RECURSOS APLICADOS NA DISTRIBUIÇÃO Cr\$	TOTAL DOS RECURSOS APLICADOS Cr\$
AC	14.999	173.538,43	173.073,17	346.611,60
AL	77.634	898.225,38	363.454,30	1.261.679,68
AM	79.700	922.129,00	698.017,13	1.620.146,13
AP	11.015	127.443,55	1.549.468,00	1.676.911,55
BA	387.780	4.486.614,60	1.047.533,31	5.534.147,91
CE	191.014	2.210.031,98	738.687,69	2.948.719,67
DF	41.559	480.837,63	180.288,79	661.126,42
ES	77.563	897.403,91	158.302,70	1.055.706,61
GO	146.540	1.695.467,80	409.963,87	2.105.431,67
MA	152.581	1.765.362,17	613.022,08	2.378.384,25
MG	507.092	5.867.054,44	874.219,24	6.741.273,68
MS	63.080	729.835,60	455.922,53	1.185.758,13
MT	59.617	689.768,69	376.848,00	1.066.616,69
PA	183.100	2.118.467,00	1.172.881,74	3.291.348,74
PB	120.735	1.396.903,95	452.626,92	1.849.530,87
PE	259.200	2.998.944,00	1.403.169,00	4.402.113,00
PI	88.537	1.024.373,09	329.872,29	1.354.245,38
PR	269.674	3.120.128,18	629.401,08	3.749.529,26
RJ	309.060	3.575.824,20	300.304,32	3.876.128,52
RN	77.689	898.861,73	507.480,76	1.406.342,48
RO	42.660	493.576,20	339.921,89	833.498,09
RR	6.667	77.137,19	2.066.295,43	2.143.432,62
RS	228.433	2.642.296,81	518.989,52	3.161.286,33
SC	128.956	1.492.020,92	326.323,07	1.818.343,99
SE	50.823	588.022,11	153.993,98	742.016,09
SP	830.100	9.604.257,00	1.134.552,26	10.738.809,26
TO	39.169	453.185,33	272.187,57	725.372,90
TOTAL	4.444.977	51.427.710,89	17.246.800,64	68.674.511,53

FONTE: GELD

MÊS: dezembro

ANO: 1990

NOTA: Os valores dos Recursos aplicados na aquisição dos livros distribuídos, foram calculados com o preço médio de Cr\$ 11,57

Os valores dos recursos aplicados na distribuição dos livros, tiveram por base o mês de julho/90.

PROGRAMA NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR - PNME

As metas programadas para o exercício de 1990, que previam a distribuição de 28 milhões de módulos, sendo 18,5 milhões para alunos de 1ª a 4ª série e 9,5 milhões para os de 5ª a 8ª série, não foram atingidas por insuficiência de recursos orçamentários.

O não cumprimento destas metas inviabilizou o alcance dos objetivos deste Programa quanto a contribuir para a melhoria da qualidade, redução dos índices de evasão, repetência e absenteísmo no ensino público de 1º grau, assim como quanto a contribuir para a redução dos gastos da família com a educação.

O Programa teve em 1990, uma dotação orçamentária final de Cr\$ 1.135.695.000,00.

Com a editoração de 708 mil exemplares de obras de consulta e de referência, no valor de Cr\$ 119.6 milhões foi possível atingir em parte as metas programadas para a distribuição destas obras, conforme demonstra a Tabela III.

A editoração de obras de consulta e referência destina-se principalmente a atender a necessidades do processo ensino-aprendizagem, publicando obras de apoio ao ensino utilizadas durante o ano letivo, assim como as de interesse educacional e cultural de conhecimento universal e de representatividade.

TABELA III

PROJETO/ATIVIDADE: PROGRAMA NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR
OBRAS DE CONSULTA E REFERÊNCIA

OBRAS DE CONSULTA E REFERÊNCIA	QUANTIDADE	RECURSOS APLICADOS Cr\$
01. Atlas Geográfico 3ª/2ª	150.000	14.661.000,00
02. Atlas Histórico Escolar 8ª/4ª	30.000	10.620.000,00
03. Cartografia 17º	100.000	9.890.000,00
04. Dic. de Expr. Idi. Ing-Port/Port.Ing. 4ª/3ª	5.000	1.190.000,00
05. Dic. Esc. da Língua Port. 11ª/11ª	30.000	27.879.000,00
06. Dic. Esc. das Dif. da Língua Portuguesa 5ª/4ª	5.000	6.533.000,00
07. Dic. Esc. Francês-Port./Port.-Francês 7ª/3ª	5.000	1.409.750,00
08. Dic. Esc. Ing.-Port.Port.-Ing. 8ª/10ª	20.000	9.817.500,00
09. Dic. Esc. Latino-Português 6ª/4ª	3.000	4.360.660,00
10. Enciclopédia Aves - 2ª	5.000	6.935.000,00
11. Enciclopédia de Lit. Brasileira (2 vol.) 1ª	10.000	8.552.464,60
12. Gramática da Língua Francesa 3ª/3ª	5.000	1.950.850,00
13. Gramática de Língua Inglesa 8ª/4ª	5.000	596.150,00
14. Gramática da Língua Portuguesa 12ª/2ª	25.000	4.474.500,00
15. Gramática da Língua Latina 1ª	5.000	2.960.000,00
16. Manual de Redação 4ª/3ª	10.000	2.145.000,00
17. Def. Mental em Sala de Aula, 1ª	5.000	1.960.000,00
18. Manual PNLD	200.000	1.966.000,00
19. Revista Criança	90.000	1.716.300,00
TOTAL	708.000	119.617.174,60

FONTE: DEPRO/GEPEG/DADP

MÊS: dezembro

ANO: 1990

PROGRAMA NACIONAL SALAS DE LEITURA - PNSE

O Programa Nacional Salas de Leitura previa as seguintes ações na sua proposta orçamentária para 1990:

- mixagem dos livros já adquiridos em 1989 para formulação de novos acervos;
- distribuição desses acervos a bibliotecas públicas e a escolas onde o PNSL foi implantado em 1988;
- seleção de títulos com base nas indicações feitas por especialistas nas áreas de literatura infanto-juvenil e de pesquisa escolar;
- aquisição de novos livros para a implementação e implantação do PNSL;
- renovação de assinaturas de periódicos para alunos e professores das escolas de 1º grau da rede pública, cadastradas no Ministério da Educação;
- revisão do cadastro de escolas onde o PNSL encontra-se implantado e cadastramento de novas escolas.

Por restrições de ordem financeira, o Programa executou, apenas, algumas das ações preventivas para 1990, a saber:

- mixagem dos livros adquiridos em 1989 e distribuição dos acervos às U.F;
- distribuição desses acervos a escolas e bibliotecas públicas onde o PNSL foi implando em 1988;
- seleção de livros para futura negociação e aquisição;
- renovação de assinaturas de periódicos;
- revisão de cadastro das escolas participantes do PNSL;
- cadastramento de novas escolas.

Ao confrontar-se o proposto e o executado, observa-se que o PNSL foi profundamente atingido, não só pelas restrições impostas a seu orçamento, mas, também, pela falta de recursos para pagamento, em tempo hábil, dos compromissos assumidos.

O primeiro fator inviabilizou totalmente a meta maior do Programa: implementação das Salas de Leitura existentes e implantação do PNSL em novos municípios.

Apesar disto, é importante destacar-se a universalização do fornecimento de periódicos às escolas públicas - estaduais e municipais - de 1º grau. Foram selecionados quatro periódicos que tratam de assuntos essenciais à formação docente, de maneira acessível, adequada à competência lingüística e textual de nossos professores.

Importante também se faz destacar a distribuição de livros para escolas e bibliotecas, livros estes adquiridos em 1989 conforme Tabela IV.

TABELA IV

PROGRAMA NACIONAL SALAS DE LEITURA - PNSL

UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO MUNICÍPIOS	NÚMERO ESCOLAS	NÚMERO ALUNOS	NÚMERO DE LIVROS		PERIÓDICOS** Nº EXEMPLARES	RECURSOS APLICADOS (Cr\$)	
				P/ESCOLAS	P/BIBLIOTECA		LIVROS	PERIÓDICOS
NORTE	88	3.656	374.176	135.272	7.511	312.378		23.537.963,06
RO	16	1.166	167.975	45.142	444	49.127		3.711.737,41
AM	12	668	26.212	24.716	1.739	77.046		5.784.371,70
AC	05	218	9.694	8.066	481	20.299		1.534.437,21
RR	03	49	3.648	1.813	111	4.279		319.456,01
PA	31	1.148	135.966	42.476	2.257	156.371		11.793.719,00
AP	01	20	7.063	740	222	5.256		394.241,73
TO	20	387	23.618	14.319	2.257			
NORDESTE	458	16.473	1.546.465	609.538	41.144	1.792.325		134.775.340,88
AL	30	678	87.575	25.123	3.071	69.510		5.225.034,52
MA	49	1.827	238.683	67.599	4.255	201.970		14.992.272,20
CE	67	3.490	221.027	129.130	4.218	331.650		24.899.646,83
RN	47	817	65.573	30.229	5.661	107.923		8.117.821,84
PB	51	1.301	130.621	48.137	5.365	173.323		13.213.123,93
PE	67	2.435	263.086	90.095	5.513	237.969		18.061.347,15
SE	24	608	75.216	22.496	1.924	48.535		3.642.112,62
BA	101	4.151	378.181	153.587	8.806	472.851		35.522.788,63
PI	23	1.166	86.503	43.142	2.331	148.594		11.101.193,16
SUDESTE	448	7.878	734.809	291.449	47.656	1.044.411		79.936.043,49
MG	349	5.846	396.288	216.302	25.567	360.015		27.723.695,50
ES	21	447	50.818	16.539	2.886	97.461		7.373.610,96
RJ	35	1.255	195.996	46.398	2.553	136.358		10.506.166,46
SP	43	330	91.707	12.210	16.650	450.577		34.332.570,57
SUL	540	15.423	909.119	570.651	27.047	690.660		53.032.646,30
PR	213	6.529	440.500	241.573	12.839	238.419		18.153.327,64
SC	131	2.207	122.942	81.659	7.918	178.000		13.529.995,17
RS	196	6.687	345.677	247.419	6.290	274.241		21.349.323,49
CENTRO-OESTE	163	4.390	507.343	162.430	13.135	300.148		23.062.233,36
MS	41	904	74.197	33.448	4.810	44.478		3.434.371,68
MT	51	1.641	93.713	60.717	2.442	68.744		5.310.216,66
GO	70	1.456	73.618	53.872	5.735	168.188	***	12.832.571,81
DF	-	389	265.815	14.393	148	18.738		1.485.073,21
TOTAL	1.698	47.820	4.071.912	1.769.340	136.493	4.139.922	7.949.400,00	314.344.227,09

FONTE: PNSL - MÊS: DEZEMBRO - ANO: 1990

NOTA: * Refere-se somente a gastos com mixagem e embalagem dos livros, uma vez que os mesmos foram adquiridos no exercício anterior

** Foram distribuídos às 197.422 escolas da rede pública de ensino do País.

*** Inclui Tocantins

PROGRAMA NACIONAL SAÚDE DO ESCOLAR - PNSE

Com a redução significativa ocorrida nos recursos de 1990 que seriam necessários para atender a demanda do Programa Saúde do Escolar, no ano em curso, a nova administração decidiu concentrar o recurso disponível para atendimento total na área de oftalmologia e atendimento educativo e preventivo na área de odontologia e saúde geral.

Para atender a essas atividades houve necessidade de replanejamento das ações e conseqüente reprogramação financeira. Com isso o PNSE, neste ano, implementaria ações de MANUTENÇÃO junto aos 562 municípios conveniados com a FAE, beneficiando aproximadamente 6.064.305 alunos, matriculados em 28.034 escolas da Rede Pública Estadual e Municipal de Ensino. A reprogramação dos recursos do PNSE, não prevê transferências de recursos para os Estados e Municípios, ocorrendo a execução direta dos recursos, pela FAE.

A reprogramação solicitada para o Programa efetivou-se somente ao final do ano, concomitante à liberação de Cr\$ 20.000.000,00 oriundos do FNDE, tendo o Programa efetivamente executado no exercício de 1990, a importância de Cr\$ 499.590,00.

As substituições de rubricas orçamentárias e a suplementação de recursos do PNSE, solicitadas pela FAE, foram prejudicadas em face das inovações previstas na nova Constituição.

Portanto, como se pode notar, a não reprogramação dos recursos e a não suplementação dos mesmos para o Programa Saúde do Escolar, foram decisivas para que as metas planejadas não fossem executadas, contribuindo, certamente, para a evasão escolar dos alunos com deficiência grave de visão não corrigidas.

Diante desse impasse, as metas físicas e financeiras planejadas sofreram prejuízos, no entanto, alguns objetivos foram alcançados, tais como:

- remanejamento de gabinetes odontológicos;
- supervisão do PNSE;
- balanço do Programa;
- readequação de procedimentos administrativos;
- encaminhamento de soluções para saldar pendências dos conveniados em débito;
- acompanhamento e avaliação do Programa.

TABELA V

PROGRAMA SAÚDE DO ESCOLAR

UF	NÚMERO MUNIC.	NÚMERO ALUNOS	NÚMERO ESCOLAS	GABINETES	KITS OFTAL.	FACETADORAS	ÓCULOS	ARMAÇÕES REPASSADAS	LENTE (PAR) REPASADAS	PASTILHAS DE FLÚOR	RECURSOS APLI- CADOS Cr\$ 1,00
										47.500	499.590,00
TOTAL											

FONTE:

MÊS: agosto

NOTA: - As atividades pertencentes aos itens assinalados deixaram de ser cumpridas, tendo em vista a não liberação de recursos financeiros para o Programa.

- Gabinetes, no orçamento do PSE/90, não estava prevista a aquisição destes equipamentos.

- Os recursos aplicados visam atender parcialmente a clientela do Programa, em 1991.

IV - ANEXOS

QUADRO I

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO POR PROGRAMA DE TRABALHO 1990

Cr\$ Mil			
PROGRAMA DE TRABALHO	INICIAL	FINAL	%
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos	189.231	2.331.456	1.132,07
Capacitação de Recursos Humanos	3.715	8.977	141,64
Concessão de Bolsas de Estudo - 1º Grau	18.573	45.608	145,56
Distribuição de Livros para Alunos e Bibliotecas	363.596	20.242.326	5.467,25
Salas de Leitura	92.034	224.189	143,59
Distribuição Gratuita de Material Escolar	334.222	1.057.642	216,45
Material Escolar para Revenda	27.116	78.053	187,85
Auxílio Creche	11.098	26.887	142,27
Assistência Médica e Odontológica a Servidores	19.668	113.098	475,03
Concessão de Auxílio Refeição	10.846	92.156	749,68
Auxílio Vale Transporte	1.858	6.483	248,92
Transporte Contratado	2.786	20.747	644,69
Alimentação Escolar	6.843.251	27.271.315	298,51
Saúde do Escolar	18.566	65.195	251,15
Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público	1.299	13.320	925,40
TOTAL	7.937.859	51.597.452	550,01

QUADRO II

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO POR FONTE DE RECURSOS 1990

Cr\$ Mil

D E N O M I N A Ç Ã O	INICIAL	FINAL	%
100 - Recursos Ordinários	205.265	375.994	83,17
112 - Recursos Destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino	12.996	17.899.051	137.617,38
122 - Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	93.473	410.048	338,68
251 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	2.769.512	10.079.195	263,93
253 - Contribuição para o Fundo de Investimento Social	3.998.832	16.822.254	320,68
292 - Saldo de Exercícios Anteriores - Recursos do Tesouro	-	19.558	-
250 - Recursos Diretamente Arrecadados	22.240	366.409	1.547,52
281 - Recursos de Outras Fontes - Recursos de Convênios	-	17	-
292 - Saldo de Exercícios Anteriores - Recursos Diversos	-	31.401	-
313 - Transferência de Recursos do Tesouro - Contrib. de Sal. Educação	649.820	2.042.434	214,30
281 - Transferência de Recursos do Tesouro - Recursos de Convênios	-	96.248	-
450 - Transferência de Recursos de Outras Fontes - Rec. Dir. Arrecadados	185.721	452.406	143,59
481 - Transferência de Recursos de Outras Fontes - Rec. de Convênios	-	3.002.437	-
T O T A L	7.937.859	51.597.452	550,01

QUADRO III

TREINAMENTO

CURSOS EXTERNOS	Nº DE PARTICIPANTES	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
Treinamentos realizados no período de janeiro a dezembro/90			
01. Curso de pós-graduação em Língua Portuguesa (*)	01	18/03/89 a 22/08/90	450 h/a
02. Curso de Especialização em Saúde Pública (*)	01	05/10/89 a 05/07/90	660 h/a
03. Curso de Operador de Máquinas Teleimpressoras	01	12/03/90 a 22/03/90	36 h/a
04. Curso de Mestrado em Nutrição Humana	02	06/08/90 a 06/08/92	1020 h/a
05. Monitoria para Operadores de Computador	09	14/08/90 a 27/08/90	30 h/a
06. Curso de Rotinas Diárias/Práticas e Processamentos para Departamento de Pessoal	07	16/08/90 a 17/08/90	12 h/a
07. Seminário de Licitação e Contratos	35	29/08/90 a 30/08/90	14 h/a
08. Seminário sobre seguridade social (**)	02	16/09/90 a 19/09/90	32 h/a
09. Curso de Digitação	01	24/09/90 a 23/11/90	44 h/a
10. VI Encontro Nacional de Analista de Alimentos	03	07/10/90 a 11/10/90	15 h/a
11. Curso de Legislação Trabalhista	02	09/10/90 a 18/10/90	32 h/a
12. Curso do Sistema IPSUM M68K	01	16/10/90 a 19/10/90	32 h/a
13. Curso de Legislação Trabalhista e Previdenciária	04	18/10/90 a 19/10/90	12 h/a
14. Encontro Anual do Corpo Gerencial da FAE	20	22/10/90 a 24/10/90	09 h/a
15. Curso de Legislação do Trabalho Aplicada	02	26/10/90 a 28/10/90	24 h/a
16. Curso Prático de Processo do Trabalho	02	08/11/90 a 10/11/90	24 h/a
17. Curso de Estruturação e Gerenciamento dos Serviços de Vigilância na Empresa (***)	01	20/11/90 a 21/11/90	16 h/a

OBS: (*) Custos computados no ano de 1989. (**) Treinamento realizado na REFAE/PE, custeado pela GETRE/FAE/BSB

(***) Treinamento realizado na DADP/RJ, custeado pela GETRE/FAE/BSB

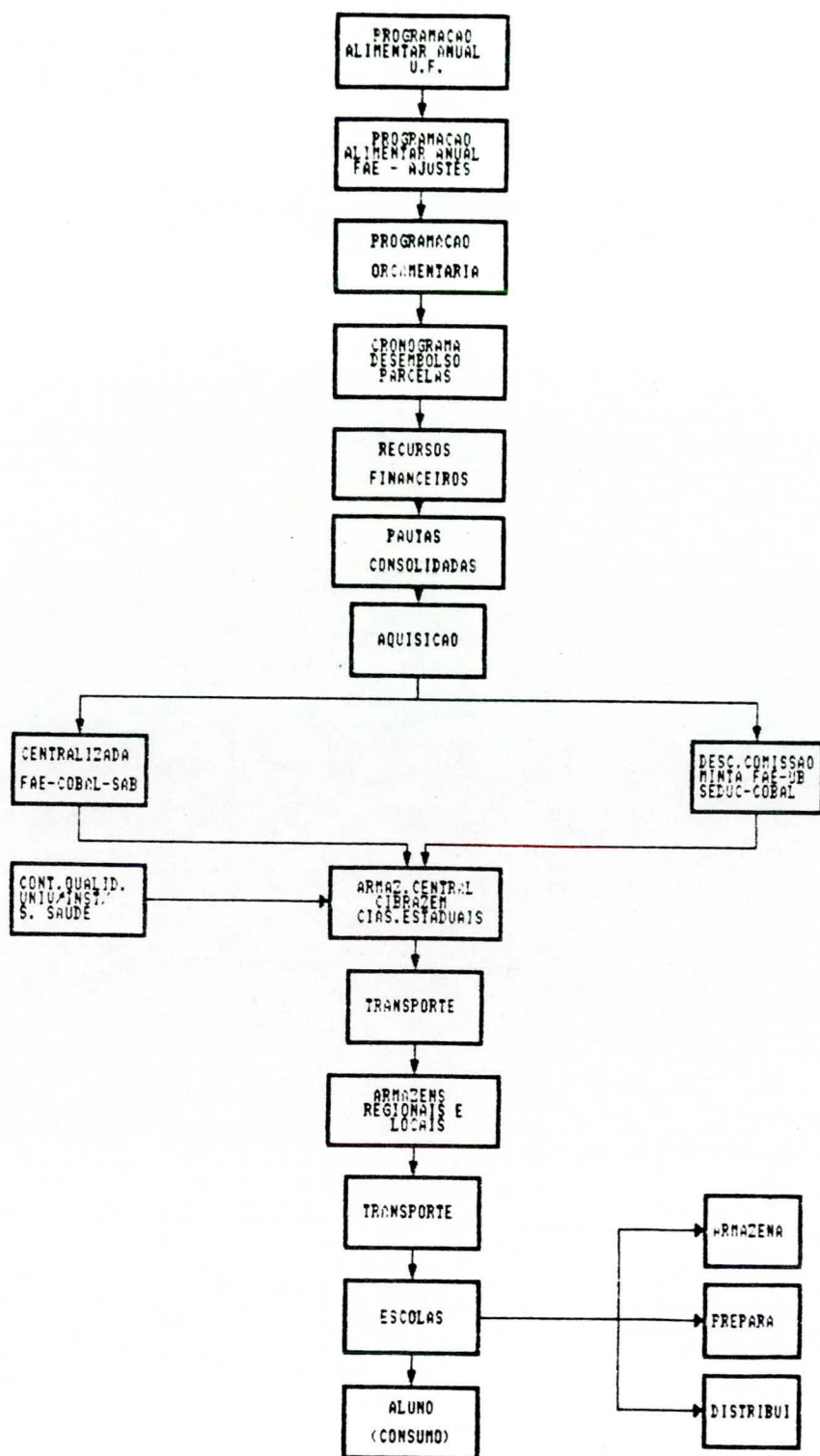
QUADRO IV

PAGAMENTO

TIPO	FINALIDADE	QUANTITATIVO
Folha de Pagamento	Coleta de dados financeiros dos servidores, com objetivo de creditar os proventos a que fazem jus, mensalmente. Implantação da Folha de Pagamento no CPD da FAE, c/ emissão dos relatórios de consignações e obrigações fiscais	14 folhas de pagamento Nº de dados: indefinidos 10 fitas magnéticas
IBGE	Manutenção de dados estatísticos de pessoal e produção atualizados (servidores DADP/GEFA/RJ).	12 informes
ADMP	Coletas de dados (Força de Trabalho) Liberação de Orçamento da FAE para pagamento de pessoal através de estudos da SOF/MEC	12 ADMP'S
PROJETOS	Elaboração, desenvolvimento e acompanhamento de projetos na área de informática para otimização dos trabalhos realizados na Divisão de Cadastro e Pagamento/DIPA	
CONSIGNAÇÕES	Controle e desconto de valores dos servidores para as entidades que a FAE se propõe fazer averbação de folha	25 Entidades
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTO	Informação prestadas aos servidores dos rendimentos por eles percebidos no ano	850 Declarações
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais que tem por finalidade subsidiar programa governamentais	1 fita magnética Nº dados: indefinidos
DIÁRIAS	Liberação de Pagamento a que faz jus os servidores quando do deslocamento a serviço	833 solicitações de Diárias e Passagens
AUTÔNOMOS	Elaboração de RPA (Recibo de Pagamento a Autônomos)	16 Recibos

ESTAGIÁRIOS	Elaboração da Folha de Pagamento	10 Folhas de Pagamento
PROGRAMA BOM MENINO	Elaboração da Folha de Pagamento	10 Folhas de Pagamento
RESCISÃO DE CONTRATO	Pagamento de verbas indenizadas	86 Rescisões de Contratos
DISPONIBILIDADES	Elaboração da Folha de Pagamento	14 Folhas de Pagamento
SALÁRIO CONTRIBUIÇÃO	Elaboração de coletas de dados salariais dos últimos 48 meses dos servidores afim de requerer Abono Permanência, Aposentadoria e Auxílio Doença	36 Relação de Salário Contribuição
AJUDA DE CUSTO	Levantamento de dados financeiros para elaboração da Folha de Pagamento aos servidores que se deslocam transferidos para outros Estados	36 Folhas de Pagamento
DIRF	Anual - Informação prestada à Receita Federal dos rendimentos pagos a cada servidor	1 fita magnética Nº de dados: indefinidos

QUADRO V
FLUXO OPERACIONAL DO PNAE



QUADRO VI

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PRODUTOS BÁSICOS
FÍSICO E FINANCEIRO - PROGRAMADO E ADQUIRIDO EM 1990 - PEA**

PRODUTOS	QUANTIDADE PROGRAMADA Kg	QUANTIDADE ADQUIRIDA Kg	%	RECURSO PROGRAMADO Cr\$	RECURSO UTILIZADO Cr\$
Açúcar	6.824.287	7.675.869	112	251.068.057,53	277.651.837,32
Almôndega	6.265.740	6.464.348,88	103	1.403.315.137,86	1.883.650.123,37
Arroz	16.964.697	14.696.034	86	521.465.642,69	603.128.642,40
Biscoito Doce	3.398.312	3.699.081	109	526.677.174,10	345.490.131,19
Biscoito Salgado	3.974.943	4.421.685	111	688.020.908,00	465.849.909,71
Carne B. Con.	3.146.359	3.220.112,70	102	1.054.451.607,54	1.051.515.880,51
Charque	2.927.193	1.875.030	64	556.808.960,20	505.775.771,60
Chocolate em Pó	595.005	589.775	99	180.162.557,70	140.262.894,80
Farinha de Mandioca	3.256.162	3.234.860	99	67.263.531,44	86.013.954,72
Farinha Mand. Floc.	577.814	619.020	107	33.219.179,68	29.010.053,40
Farinha de Tapioca	44.449	52.505	118	6.238.009,46	8.752.263,40
Feijão	10.547.810	5.877.657	56	574.421.962,63	524.459.351,30
Frango Resfriado	485.849	637.352	131	49.361.013,00	77.198.382,26
Fubá Comum	887.698	814.750	92	20.693.035,41	24.121.231,40
Fubá Pré Cozido	784.434	681.220	87	31.302.753,40	22.913.256,00
Leite em Pó	6.675.577	8.144.891,80	122	2.292.880,86	2.935.325.373,87
Macarrão	9.852.388	12.911.502	131	743.020.739,11	734.088.596,12
Macar. Milho	2.113.734	308.772	15	155.414.931,75	23.123.168,16
Milho Canj.	413.627	410.210	99	21.452.280,72	14.092.020,30
Óleo de Soja	3.152.560	1.598.376,73	50	171.764.240,16	130.552.289,34
Ovo de Galinha	604.884,4	803.775,20	133	67.765.839,40	100.434.611,00
Grão M. Fina	600.352	310.859	52	36.432.293,88	21.160.012,31
Peixe Congelado	30.695	30.695	100	6.752.900,00	5.670.287,35
Sal	2.231.064	2.222.670	99	38.819.637,40	31.390.298,88
Sardinha	2.590.171	2.318.677,60	89	903.489.573,64	792.224.866,89
TOTAL	88.947.804,4	83.619.727,91	91	10.402.262.847,55	10.833.854.207,50

QUADRO VII

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PRODUTOS BÁSICOS
FÍSICO E FINANCEIRO - PROGRAMADO E ADQUIRIDO EM 1990 - PAIE

PRODUTOS	QUANTIDADE PROGRAMADA Kg	QUANTIDADE ADQUIRIDA Kg	%	RECURSO PROGRAMADO Cr\$	RECURSO UTILIZADO Cr\$
Açúcar Crista	162.722	116.600	72	5.638.205,74	3.521.252,00
Amôndegas	14.835	-	-	2.513.484,75	-
Arroz	230.822	162.810	71	5.687.792,00	4.852.373,40
Biscoito Doce	533.851	533.862	100	72.512.955,00	51.328.643,76
Biscoito Salgado	301.098	301.083	100	47.113.110,00	28.749.105,06
Carne Bovina Cons.	162.907	162.898,08	100	46.221.552,50	38.119.125,44
Chaque Bovino	76.985	53.790	70	14.169.921,90	14.261.634,00
Farinha de Mandioca	29.448	29.450	100	559.512,00	740.667,50
Farinha de M. Floc.	188.269	135.125	96	8.974.473,75	5.513.100,00
Feijão	198.665	10.500	05	8.833.913,00	960.855,00
Leite em Pó	726.210	695.910	89	215.321.984,29	207.982.410,20
Macarrão Comum	335.132	445.760	116	25.925.210,90	25.063.424,30
Melado de Cana	18.451	18.447	100	734.349,80	690.102,27
Óleo de Soja	46.692	15.744,27	34	2.127.328,00	1.068.569,46
Sal	30.611	30.600	100	579.095,00	483.432,00
Sardinha	29.448	35.005,50	119	10.469.764,00	9.783.933,02
TOTAL	3.196.151	2.747.594,85	86	467.331.652,63	393.123.632,41

QUADRO VIII

**MAPA DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PRODUTOS BÁSICOS/FORMULADOS
ADQUIRIDOS EM 1990 - COMPRAS CENTRALIZADAS/DESCENTRALIZADAS
PEAE/PAIE E PROGRAMAS ESPECIAIS**

UF	PRODUTOS BÁSICOS		PRODUTOS FORMULADOS		TOTAL	
	Kg.	Cr\$	Kg.	Cr\$	Kg.	Cr\$
NORTE						
AC	262.277,92	53.592.327,73	353.077	115.219.998,50	615.354,92	157.711.216,13
AM	1.692.412,38	235.504.623,24	968.139	349.746.261,10	2.660.551,38	585.250.834,34
AP	173.036,84	21.996.452,50	267.973	86.457.190,00	441.009,84	108.453.642,50
PA	3.990.313,98	580.204.485,92	2.621.634	837.439.460,98	6.611.947,98	1.417.643.946,90
RO	638.985,48	76.332.521,09	930.719	304.124.131,92	1.569.704,48	380.456.653,01
RR	63.935,04	12.190.771,14	75.160	31.143.353,46	139.095,04	43.334.124,60
TO	987.817,97	115.838.939,36	549.338	173.565.269,32	1.537.155,97	289.404.208,68
SUB-TOTAL	7.808.779,61	1.084.559.010,88	5.766.040	1.897.695.665,28	13.574.819,61	2.982.254.676,16
NORDESTE						
AL	1.595.066,25	255.511.240,64	1.399.292	442.219.747,43	2.994.358,25	697.730.988,07
BA	10.603.005,50	1.492.663.953,51	3.982.706	1.634.856.763,50	14.585.711,50	3.127.520.717,01
CE	8.056.271,80	861.842.954,33	2.085.873	648.860.270,56	10.142.144,80	1.510.703.224,89
MA	4.829.618,81	691.476.319,82	3.570.520	959.768.798,03	8.400.138,81	1.651.245.117,85
PB	1.455.597,60	252.404.426,39	2.238.512	705.578.855,77	3.694.109,60	957.983.282,16
PE	4.443.730,62	470.650.694,26	2.333.632	511.531.544,92	6.777.362,62	982.182.239,18
PI	2.092.178,86	291.498.820,41	1.852.793	544.445.009,86	3.944.971,86	835.943.830,27
RN	1.348.599,40	188.434.260,31	1.520.433	454.962.296,40	2.869.042,40	643.396.556,71
SE	1.685.004,12	190.296.323,65	969.024	295.386.139,11	2.654.028,12	485.682.462,76
SUB-TOTAL	36.109.072,96	4.694.778.993,32	19.952.795	6.197.609.425,58	56.061.867,96	10.892.388.418,90
SUDESTE						
ES	2.711.434,24	389.702.796,90	806.356	252.804.923,17	3.517.790,24	642.507.720,07
MG	14.400.818,68	1.388.400.538,37	6.257.713	1.910.955.051,82	20.658.531,68	3.299.355.590,19
RJ	864.658,03	169.784.285,34	2.167.933	684.628.590,43	3.032.591,03	854.412.875,77
SP	609.617,70	137.868.440,94	4.722.206	1.740.075.270,85	5.331.823,70	1.877.943.711,79
SUB-TOTAL	18.586.528,65	2.085.756.061,55	13.954.208	4.588.463.836,27	32.540.736,65	6.674.219.897,82
SUL						
PR	8.419.900,80	1.162.137.055,91	2.787.718	811.043.135,23	11.207.618,80	1.973.180.190,42
RS	3.545.217,03	617.076.745,91	3.803.124	977.523.464,14	7.348.341,03	1.594.600.210,05
SC	2.134.654,99	310.696.670,41	2.300.134	610.973.780,50	4.434.788,99	921.670.450,91
SUB-TOTAL	14.099.772,82	2.089.910.471,51	8.890.976	2.399.540.379,87	22.990.748,82	4.489.450.851,38
CENTRO-OESTE						
DF	1.463.932,95	191.647.109,54	460.320	131.672.592,15	1.924.252,95	323.319.701,69
GO	5.600.255,22	689.019.180,75	806.118	365.596.201,80	6.406.373,22	1.054.615.382,55
MT	1.827.745,91	277.301.143,22	987.797	288.747.680,03	2.815.542,91	566.048.823,25
MS	871.224,64	114.005.869,14	930.623	297.844.723,63	1.801.847,64	411.850.592,77
SUB-TOTAL	9.763.158,72	1.271.973.302,65	3.184.858	1.083.861.197,61	12.948.016,72	2.355.834.500,26
TOTAL	86.367.312,76	11.226.977.839,91	51.748.877	16.167.170.504,61	138.116.189,76	27.394.148.344,52

OBS: Na coluna Produtos Formulados esta incluído bonificação
FONTE: DAAN/DAD/GAQ

QUADRO IX

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

ESTIMATIVA DA CLIENTELA - 1990

U.F	P E A E					PAIE IRMÃO	TOTAL GERAL
	PRÉ	1º GRAU	2º GRAU	FILANT.	TOTAL		
BRASIL	2.066.272	21.124.925	82.239	1.087.641	24.361.077	5.319.991	29.681.068
NORTE	159.311	2.101.303	6.789	164.373	2.431.776	471.123	2.902.899
RO	17.989	233.161	0	76.866	333.016	57.566	390.582
AC	10.011	89.005	0	10.593	109.609	53.200	162.809
AM	45.004	420.839	3.106	31.545	500.514	150.000	650.514
RR	4.539	34.096	0	2.006	40.641	10.142	50.703
PA	55.243	1.025.897	3.429	27.045	1.111.614	147.166	1.259.780
AP	10.227	61.883	0	12.992	85.702	34.820	120.322
TO	15.698	231.402	234	3.326	250.680	18.229	268.909
NORDESTE	792.423	8.283.807	32.064	447.309	9.555.603	2.683.814	12.244.417
MA	109.979	949.736	2.425	175.184	1.237.324	807.166	2.044.490
PI	81.883	577.109	3.328	28.153	690.473	219.750	910.223
CE	94.899	1.023.174	3.214	25.828	1.147.115	250.000	1.397.115
RN	49.093	445.191	3.011	10.297	507.592	203.195	710.787
PB	70.915	742.156	2.356	29.320	844.747	97.623	942.370
PE	106.765	1.416.519	7.472	11.097	1.541.853	278.429	1.220.222
AL	47.633	428.961	4.638	81.087	562.319	200.000	762.319
SE	64.106	308.410	1.985	27.760	402.261	108.289	510.350
BA	167.150	2.392.551	3.635	58.583	2.621.919	524.362	3.146.281
SUDESTE	684.253	5.565.650	20.012	244.300	6.514.215	1.019.448	7.533.663
MG	360.177	2.637.169	9.615	144.593	3.151.554	270.000	3.421.554
ES	51.221	442.189	4.694	14.429	512.533	172.000	684.533
RJ	49.778	713.760	4.360	25.032	792.930	331.448	1.124.378
SP	223.077	1.772.532	1.343	60.246	2.057.198	246.000	2.303.198
SUL	289.753	3.330.770	16.048	161.360	3.797.931	872.435	4.670.366
PR	104.756	1.462.586	7.148	62.241	1.636.731	428.525	2.065.356
SC	107.156	654.472	3.771	37.902	803.301	155.962	909.263
RS	77.841	1.213.712	5.129	61.217	1.357.899	287.848	1.645.747
C.-OESTE	140.522	1.843.395	7.326	70.299	2.061.522	268.171	2.329.723
MS	25.799	356.757	0	3.045	385.601	42.000	427.601
MT	26.767	394.620	3.064	35.868	460.319	127.347	597.666
GO	59.375	858.478	4.262	22.900	945.015	64.251	1.009.266
DF	22.591	233.540	0	8.486	270.617	34.573	305.190

FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEEC - DADOS DO PRÉ ESCOLAR E DO 1º GRAU - REDE PÚBLICA - ESTIMATIVA 1990, MEC/SENET - DADOS DO 2º GRAU - 1990, SEC/DF - DADOS SOBRE FILANTRÓPICA E IRMÃO - 1989, COM PROJEÇÃO DE 1,5% a.a PARA O ANO DE 1990, APENAS PARA AS MATRÍCULAS NAS ESCOLAS FILANTRÓPICAS, TABULAÇÃO: DIPLAN/DPDOC/GEST, NOTA: AS PROJEÇÕES EFETUADAS SÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE TABULADORA - set/90

QUADRO X

INSTITUIÇÕES E CONVENIADAS

UNIDADE FEDERADA

INSTITUIÇÕES

AC	Universidade Federal do Acre
RR	Laboratório Central de Saúde Pública do Estado do RR
AP	Laboratório Central de Saúde Pública do Estado do AP
AM	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
PA	Universidade Federal do Pará
RO	Laboratório Central de Saúde Pública do Estado de RO
MA	Universidade Federal do Maranhão
PI	Universidade Federal do Piauí
CE	Universidade Federal do Ceará
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
PB	Universidade Federal da Paraíba
AL	Laboratório Central de Saúde Pública do Estado de AL
PE	Universidade Federal de Pernambuco
BA	Centro de Pesquisa de Desenvolvimento da Bahia
MG	Centro Tecnológico de Minas Gerais
ES	Universidade Federal do Espírito Santo
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
PR	Universidade Federal do Paraná
SC	Universidade Federal de Santa Catarina
RS	Fundação de Ciência e Tecnologia
MS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
MT	Universidade Federal de Mato Grosso
DF	Instituto de Saúde do Distrito Federal
GO	Universidade Federal de Goiás

- NB: 1 - O controle de qualidade para o Estado de Tocantins está sendo executado pela unidade de Goiás.
- 2 - O controle de qualidade para o Estado de São Paulo está sendo executado pela unidade base de Minas Gerais.

QUADRO XI

DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DOADOS (ESTADOS)
PER-CAPITA/DIAS ATENDIMENTO - 1990

U.F	CLIENTELA	LEITE EM PÓ			ARROZ			AÇÚCAR			FEIJÃO		
		QUANT.	Pc.	DIA	QUANT.	Pc.	DIA	QUANT.	Pc.	DIA	QUANT.	Pc.	DIA
AC	27.684	54.350	20	98	18.125	40	16	11.820	25	17	2.250	30	03
RO	64.142	125.950	20	98	43.620	40	17	27.750	25	17	5.250	30	03
RR	11.692	23.325	20	98	8.085	40	17	5.070	25	17	990	30	03
AM	160.800	313.000	20	98	109.350	40	17	69.150	25	17	13.050	30	03
PA	245.975	335.350	20	68	167.250	40	17	106.080	25	17	20.010	30	03
AP	23.524	32.075	20	69	15.990	40	17	10.140	25	17	1.907	30	03
TO	69.062	72.025	20	52	46.965	40	17	30.030	25	17	5.640	30	03
SUB-TOTAL	603.079							260.040			49.097		
MA	312.197	608.175	20	97	212.295	40	17	134.700	25	17	25.470	30	03
PI	183.653	357.775	20	97	124.890	40	17	164.460	25	36*	14.970	30	03
CE	477.786	929.900	20	97	324.900	40	17	429.960	25	36*	38.940	30	03
RN	130.624	254.475	20	97	88.830	40	17	56.430	25	17	10.650	30	03
PB	183.393	224.975	20	61	124.710	40	17	164.130	25	26*	14.940	30	03
PE	346.902	425.650	20	61	235.890	40	17	149.400	25	17	27.930	30	03
AL	149.468	183.350	20	61	101.640	40	17	64.770	25	17	12.180	30	03
SE	104.239	127.900	20	61	70.890	40	17	45.060	25	17	8.490	30	03
MG	108.659	133.300	20	52	73.690	40	17	47.010	25	17	8.850	30	03
SUB-TOTAL	1.996.921							1.255.920			162.420		
TOTAL	2.600.000	4.181.575			1.768.020			1.515.960			211.517		

* As UF do PI, CE, PB foram contempladas com 50% do total adquirido do açúcar por indicação do PMA, haja vista a expansão do Projeto 1991. As quantidades do produto se referem as recebidas pelo PEAE, excluindo-se as avarias.

SIGLA: PC - per capita